

AS IMPLICAÇÕES DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO CURRÍCULO E NO TRABALHO DOCENTE¹

Luziane Said Cometti Lélis; Cláudia Regina Bezerra Ferreira, Dinair Leal da Hora

Mestranda em Currículo e Gestão da Educação Básica, Aluna Especial do Mestrado em Currículo e Gestão da Educação Básica, Doutora em Educação

Universidade Federal do Pará, luziane.bim@gmail.com; Universidade Federal do Pará, claudiarbferreira@gmail.com; Universidade Federal do Pará/Fundação Oswaldo Cruz, tucupi@uol.com.br

Resumo:

O presente trabalho pretende suscitar uma discussão teórica sobre as implicações da avaliação externa no currículo e no trabalho docente, a partir das formas de gestão gerencial que são transplantados à escola. Para tanto, aborda a questão da reforma do Estado, a cultura da performatividade, avaliação e responsabilização pelos resultados, como estratégia de regulação do currículo e da autonomia do professor diante de sua tarefa educativa. Essa tendência representa uma espécie de revisitação ao modelo taylorista de organização do trabalho, embebecidos de expressões modernas para que os professores sejam vistos e reconhecidos como “técnicos” eficientes e eficazes na transmissão dos conhecimentos aos alunos. Conclui-se que as avaliações em larga escala realizadas na educação básica influenciam fortemente para o estreitamento curricular e a despolitização da ação do professor, ameaçando alterar a sua percepção diante do processo formativo ao passar a se mobilizar em torno da busca de resultados.

Palavras-Chave: Avaliação externa. Trabalho docente. Currículo. Regulação.

Introdução

A década de 90 foi marcada por uma série de mudanças implementadas na educação a partir da reforma do Estado brasileiro, dando centralidade à questão da avaliação. Esse Estado, almeja uma relação positiva com a sociedade civil, seja avaliando os resultados dos serviços públicos, ou tratando os problemas por meio das abrangências reguladoras.

A competência do professor é colocada em xeque frente aos resultados atingidos nas avaliações externas instituídas pelo sistema nacional, que baseia-se em metas quantitativas e índices que definem a qualidade da educação.

¹ Pesquisa bibliográfica em andamento desenvolvida no Curso de Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica/PPEB/UFPA.

O objetivo deste texto é evidenciar que os princípios orientadores das avaliações externas seguem a uma lógica gerencial transplantada à escola, de modo a regular o currículo e o trabalho docente. E que portanto, atinge a relativa autonomia deste profissional diante das questões curriculares e de práticas a serem desenvolvidas em sala de aula, colocando-o numa situação de complexidade em meio à multiplicidade de tarefas que é chamado a cumprir.

A discussão em torno da avaliação, currículo e suas implicações no trabalho docente, é de grande relevância para que possamos buscar uma qualidade que não se prenda apenas nos resultados, mas através de um processo formativo que desenvolva as capacidades físicas e intelectuais, visando a sua emancipação dos sujeitos.

O surgimento das avaliações externas e as implicações no trabalho docente:

A partir das reformas educacionais implementadas nos anos 90, como consequência da reforma do Estado brasileiro empreendida no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as avaliações externas ou em larga escala, passaram a ter grande centralidade no Brasil, sofrendo forte influência dos modelos de avaliação padronizada internacional, referenciados por indicadores de *performance*, a exemplo dos exames realizados pelo *Program for International Student Assessment* (PISA).

Ferreira (2009), ao discorrer sobre a natureza das políticas educativas, afirma que as reformas educacionais empreendidas pelo governo FHC são caracterizadas por práticas descentralizadoras, de controle e de privatização, que busca a consolidação de um Estado gerencial, com capacidade de regulação social mediante a transferência a outros setores/instituições da responsabilidade de prestar serviços sociais.

Afonso (2008), mostra que no contexto de reorganização da atuação do Estado, uma das expressões do neoliberalismo, constitui-se no transplantar das formas de gestão empresarial para a esfera pública e uma tendência a neo-taylorização do trabalho docente. Isso representa uma crescente pressão política e econômica para que os professores sejam vistos e reconhecidos como “técnicos” eficientes e eficazes na transmissão dos conhecimentos aos alunos.

A competência do professor passa a ser avaliada com base nos resultados das provas e testes externos de natureza predominantemente cognitiva que os alunos realizam. Begnault (2014) ressalta que se no passado, a avaliação padronizada focada nas medidas educacionais, centrava-se

no aluno, atualmente configura-se num escopo mais amplo, ligando o pedagógico com o político, se tornando uma ferramenta de controle.

Os resultados são divulgados nos meios de comunicação, a partir de *rankings* entre escolas, passando uma imagem de que o produto foi avaliado e alguém precisa ser responsabilizado. Assim, segundo Maués (2011, p. 8), “na lógica da cultura da performatividade, o gestor e o professor são figuras que aparecem envolvidos nos resultados, em função de que deles são cobrados os dados finais, relacionados às metas estabelecidas”.

As iniciativas que enfatizam a responsabilização do professor pelos resultados negativos, não levam em consideração o fato “de ele estar enormemente defasado com relação à importância da ocupação” na sociedade como acentua Paro (2001, p. 153), devido à vários fatores que repercutem danosamente no trabalho docente, englobando a questão salarial, formação, identidade, precarização do trabalho, etc.

Para esse autor, o grande erro consiste em “desconsiderar o caráter específico do trabalho docente” (*Idem*, p. 163) e seguir aos preceitos gerenciais tipicamente capitalista, em implantar programas de remuneração por mérito, pois “é uma medida totalmente descabida, cuja justificativa só pode se abrigar mentes totalmente desprovidas de um mínimo de familiaridade com a real condição da atividade pedagógica” (*Idem*, p. 166).

A disseminação de uma cultura de avaliação aliada com a melhoria do desempenho dos profissionais da educação e a qualidade da educação evidencia que a avaliação tem servido como ferramenta de gestão das políticas educacionais e por extensão, uma nova forma de regulação.

Nesse sentido, as avaliações externas, a exemplo do ENEM, SAEB e ANRESC, que integram o sistema nacional contribuem para o processo de centralização curricular, o que fragiliza a autonomia do professor no manejo do currículo diante da enorme pressão para o cumprimento de metas definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de acordo com Gatti, Barreto e André (2011).

À esse respeito, a preocupação que deveria estar centrada no processo de aprendizagem passa a ser secundarizado e centra-se nos resultados. A obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância da reflexão no cotidiano da escola, ressalta Fischer (2010). Para tanto, a atenção na escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, são voltados para aqueles contidos na matriz de referência do SAEB, cobrados especialmente na Prova Brasil (ANRESC) que integra um dos elementos que define o IDEB de cada escola.

Isso, ao longo dos anos, pode contribuir entre outros fatores, para o estreitamento curricular, a ênfase em algumas áreas de conhecimento como em leitura e matemática, em detrimento de outras que estimulam a criticidade do aluno e a despolitização do professor.

Conclusão:

As avaliações externas implementadas pelo sistema nacional têm influenciado diretamente o ambiente escolar e a autonomia do professor na escolha do currículo a ser trabalhado em sala de aula em função de provas e testes quantificáveis.

Essa nova situação, somada com a política de responsabilização de resultados, coloca o professor numa situação incompatível com tipo de atividade que realiza, pois exige que esse profissional esteja preparado para assumir uma complexidade e multiplicidade de tarefas, muitas das vezes, sem as condições necessárias para desempenhar a sua função, seja pela questão salarial, formação insuficiente, carga excessiva de trabalho, precarização das condições de trabalho e pela sua posição deteriorada na sociedade.

As avaliações surgem neste cenário como uma forma de regular o trabalho docente, podendo contribuir fortemente para o risco do estreitamento curricular e a despolitização da ação do professor, que passa a se mobilizar em torno da busca de resultados que podem ser conseguidos de forma mecânica através de treinamentos.

Referências:

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEGNAULT, Elisabeth. **Validade dos rankings internacionais baseados nos testes: PIRLS, PISA e Shanghai**. RBPAE, v. 30, n°1, p.13-40, jan/abr., 2014.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. Políticas educativas no Brasil no tempo de crise. In OLIVEIRA, D. A.; BATOLOZZI, Eliza. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FISCHER, Beatriz T. D. Avaliação da aprendizagem: a obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. In: WERLE, Flávia O. C. (Org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Elza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. As políticas educacionais e o sistema de avaliação. **RBPAE** - v.30, nº 1, p. 8, abr., 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.